

Uma nova Fundação

você e a fundação

Os órgãos de administração da Fundação Bemgeprev já foram constituídos. No dia 31 de maio, os primeiros membros de seus três Conselhos - Deliberativo, Administrativo e Fiscal - e de sua Diretoria Executiva tomaram posse (confira seus nomes na página 5).

A criação da Bemgeprev pôde ser concluída após a aprovação de sua constituição e de seu funcionamento, em outubro do ano passado, pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC). A nova entidade foi formada para administrar o

Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV) e o Plano nº 003 (constituído pelos participantes do Plano nº 002, admitidos no Banco Bemge S.A. antes de 28 de janeiro de 1970). Os participantes dos dois planos – antes alocados na Fundação Itaúbanco – serão transferidos para a Bemgeprev. Esse processo deverá ser concluído até o final deste ano.

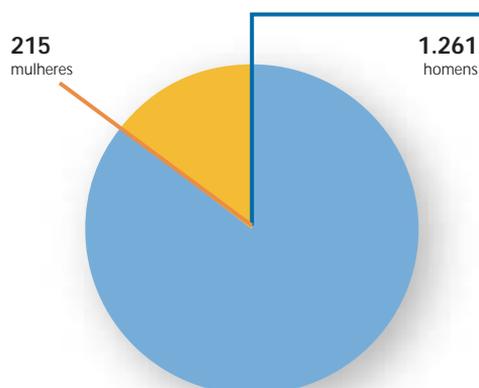
A nova entidade terá sede na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, situada na rua Goitacazes, 15, 9º andar, Centro, CEP: 30190-050.

Confira, abaixo, alguns números que traçam um perfil da entidade.

Total de participantes 1.476

Idade média 70 anos

Divisão por sexo



Presença nos Estados

Minas Gerais	995
Rio de Janeiro	243
São Paulo	100
Espírito Santo	29
Goiás	21
Bahia	19
Pernambuco	15
Demais	54

Tipo de Benefício

Plano ACMV 98
Aposentadoria Vitalícia

Plano 003
Ampliação de Aposentadoria por Invalidez
Ampliação de Aposent. por Tempo de Contribuição e por Idade
Ampliação de Pensão por Morte
Ampliação de Auxílio Reclusão
Ampliação de Abono Anual

Desmistificando a Resolução CGPC nº 13

opinião

Waldemir Bargieri*

A obediência às normas é condição necessária, mas não suficiente à boa governança e à boa gestão das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC. Condição suficiente é a procura, dentre as possibilidades oferecidas pelas normas, da melhor alternativa para os participantes dos planos de benefícios operados pelos fundos de pensão, respeitadas as características e particularidades de cada plano.

Ao estabelecer princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar, a Resolução CGPC nº 13 deflagrou um profundo processo de mudança de cultura de governança no sistema de previdência complementar fechado.

O que se pretende é direcionar a governança e a gestão dos fundos de pensão para um processo permanente de identificação, mensuração, controle e monitoramento de riscos, com contínuo aperfeiçoamento dos controles internos, visando mitigar aqueles riscos.

É uma tarefa hercúlea, uma mudança radical, que propiciará um salto de qualidade em todo o aparato normativo: doravante, menos tratamento igual aos desiguais, mais respeito à diversidade de portes, complexidades e características das 350 entidades fechadas de previdência complementar e quase 1.000 planos;

Divulgação



menos controles quantitativos, mais controles prudenciais; mais liberdade para os dirigentes, com aumento de suas responsabilidades; e uma fiscalização que aponta as irregularidades, mas busca apontar também para a necessidade de aperfeiçoamento das deficiências de controle que as propiciaram.

É preciso mapear e hierarquizar as vulnerabilidades mais importantes, que mais colocam em risco o alcance dos objetivos de longo prazo dos planos: taxas de juros atuariais mantidas em patamares muito altos; busca de rentabilidade sem avaliação criteriosa e conservadora dos riscos inerentes; tábuas de mortalidade e outras premissas não aderentes à massa de participantes; suficiência da competência técnica e gerencial dos dirigentes; comunicação adequada com os participantes etc.

A fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC tem saído a campo, com o objetivo primordial de avaliar o plano e o cronograma de adequação da entidade fechada de previdência complementar aos princípios e regras e às práticas de governança, gestão e controles internos de que trata a Resolução CGPC nº 13. Um trabalho novo, para os fundos de pensão e para a fiscalização da SPC, feito de uma forma nova. Além da metodologia tradicional, de solicitar documentos, atas, bases de dados, agora a

fiscalização faz também reuniões com a diretoria, com o conselho deliberativo, com o conselho fiscal, com o comitê de investimentos, com a auditoria interna, com a auditoria independente.

Procura-se, nessas reuniões, sentir o envolvimento direto dos dirigentes no trabalho de diagnóstico das vulnerabilidades dos planos operados pela EFPC, e no programa de aperfeiçoamentos de controles, e quais as metas para este ano.

Procura-se sentir o grau de conscientização do conselho fiscal para as suas novas funções, de órgão de controle interno. Procura-se sentir a capacitação técnica e gerencial dos dirigentes para a tarefa de conduzir o fundo de pensão que administram.

Tudo isso, porque somente com envolvimento dos dirigentes, com profissionalismo, e com competência técnica e gerencial compatível com a complexidade das funções exercidas, nosso sistema dará o salto de qualidade imprescindível para fazer frente ao crescimento, que já se observa, na previdência complementar fechada.

* Waldemir Bargieri é diretor de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

curtas

SEGURO PARA OS DIRIGENTES

Os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da Fundação Itaúbanco contam, agora, com um seguro contratado junto à Itaúseg, que cobre despesas referentes à contratação de advogados, custas judiciais, sucumbência e honorários periciais de ações de responsabilidade civil. O objetivo do seguro é garantir a defesa dos dirigentes, mesmo após o fim de seu mandato, em processos administrativos e/ou judiciais decorrentes de atos regulares de gestão, cabendo ao Conselho Deliberativo avaliar a caracterização de regularidade ou não do ato.

REGULAMENTOS APROVADOS

Os Regulamentos Básicos do Plano nº 002, do Plano de Aposentadoria Complementar (PAC) e do Plano Franprev foram aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), respectivamente, em 28 de março, 11 e 29 de abril. Os novos textos prevêem a incorporação de dois institutos (a Portabilidade e o Benefício Proporcional Diferido) além de dois outros previstos pela atual legislação e que já faziam parte dos Regulamentos anteriores (Resgate e Autopatrocínio).

As alterações nos regulamentos só afetam os participantes ativos e autopatrocinaos, nada muda para os participantes assistidos (aposentados e pensionistas).

Todos os participantes desses planos receberam, via correio, correspondência específica da Fundação Itaúbanco, explicando em detalhes as principais mudanças efetuadas que incorporam uma série de vantagens aos benefícios já oferecidos.

NOVO TETO DO INSS

O valor máximo dos benefícios previdenciários que serão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou de R\$ 2.508,72 para R\$ 2.668,15, de acordo com o Decreto nº 5.443/05, publicado no Diário Oficial da União, no dia 9 de maio.

O mesmo decreto regulamentou o índice de reajuste dos benefícios previdenciários com valor superior a um salário mínimo. Os benefícios concedidos até maio de 2004 devem ser reajustados em 6,355%. Para os benefícios concedidos a partir de 1º de junho de 2004, os índices variam de acordo com o mês de concessão. O valor do novo teto de benefícios do INSS também será aplicado ao salário-base de contribuição previdenciária, elevando o valor mensal máximo de contribuição de todos os trabalhadores com carteira assinada de R\$ 275,95 para R\$ 293,49.

INFORME SEMESTRAL DE INVESTIMENTOS

Para conferir como estão sendo investidos os recursos da entidade, acesse o site www.fundacaoitaubanco.com.br. Lá, você pode verificar todas as informações a respeito da Política de Investimentos da Fundação, traçada com o intuito de garantir rentabilidade, segurança, solvência e liquidez do patrimônio.

Prevenção contra todos os males

Depois de se aposentar em 1993, com uma carreira de 31 anos de muito trabalho, a paulistana **Nydia Gouvea** vem atuando como voluntária da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Querida por todos, ela encontra nessa atividade uma forma de se manter saudável. Dos tempos de Banco, Nydia traz boas lembranças que têm servido de estímulo para viver e contribuir com outras vidas.



Arquivo Pessoal

“Ingressei no Banco Português do Brasil em 1961 como chefe de setor do Departamento Pessoal e, em 1973, passei a integrar o quadro de funcionários do Banco Itaú devido à fusão das duas organizações. Trabalhei nessa área até 1985, quando fui transferida para o Departamento de Benefícios. Esse setor foi o que me trouxe maior realização: tive muitos contatos com aposentados e assistentes sociais em uma experiência enriquecedora, de boas amizades e histórias. Costumo dizer que foi uma preparação para minha própria aposentadoria. A transição foi tranquila e comemorada. Afinal, era mais uma etapa de minha vida que estava concluída e, daí por diante, os valores seriam outros. Passei, então, a me dedicar ao trabalho voluntário na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Três vezes por semana, ajudo no bazar permanente do hospital, cuja renda é revertida para a compra de remédios e equipamentos. É uma excelente forma de manter relacionamento com o público e fazer o bem.

O mais importante de tudo isso é a troca de experiências, é saber que você é útil para alguém. Isso não tem preço. A aposentadoria também traz maior proximidade com a família e os amigos, além de possibilitar mais tempo para nós mesmos. Tenho minhas tardes livres para passear e os finais de semana para viajar. É uma fase gratificante.

Sou a favor de os aposentados continuarem desenvolvendo atividades, principalmente aqueles que têm ânimo e sentem que há muito com o que contribuir. Penso que o trabalho é uma prevenção contra todos os males.”



“O homem é o que ele acredita.”

Anton Tchekhov, escritor russo



À frente da Bemgeprev

Veja quem são os primeiros membros a tomar posse nos órgãos de gestão da nova entidade.

Conselho Deliberativo

Presidente

Henri Penchas

Suplentes

Silvio A. de Carvalho

Conselheiros

Fernando Tadeu Perez
Messias Caetano Neto*
Maria Lúcia Machado*

Suplentes

João Jacó Hazarabedian
Mario dos Santos Veloso*
Laíz Maria M. Lannes*



Maria Lúcia Machado, Fernando Tadeu Perez, Henri Penchas e Messias Caetano Neto.

Fotos: Ricardo Hara

Conselho Fiscal

Conselheiros

Marco Antonio Antunes
Ébel Fernandes
Orivaldo S. Andrade*
Silvio C. da Fonseca*
Aguinaldo José do Crato*

Suplentes

Ottávio Aldo Ronco
José Maria Riemma
Walter R. de Carvalho*
Helena L. Tarquinio*
Sebastião do Carmo
de Moure Nicácio*



Marco Antonio Antunes, Ébel Fernandes, Silvio C. da Fonseca e Aguinaldo José do Crato.

Conselho Administrativo

Conselheiros

Fábio Magalhães*
Álvaro Salles Sidmayr*
Catão Baptista Filho*

Suplentes

José Arantes Mourão*
Lourival Lelles*
Antônio Barsand de Leucas*



Marcos Roberto Carnielli, Arnaldo Cesar Serighelli e Catão Baptista Filho.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Marcos Roberto Carnielli

Diretores

Arnaldo César Serighelli
Reginaldo José Camilo

* representantes indicados pela Ajubemge (Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas, Funcionários e Ex-Funcionários do Conglomerado Bemge)

Três visões da previdência brasileira

Conheça as principais conclusões de três estudos que revelam particularidades sobre a previdência no Brasil.

previdência

Um levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, mostrou que o **Brasil gasta proporcionalmente mais com seguridade social** do que a maioria dos países, tomando como base a renda per capita. A partir de um estudo do Banco Mundial em 61 países, os pesquisadores descobriram que o gasto público nacional com seguridade e bem-estar social já alcança 12,7% do Produto Interno Bruto (PIB), ante uma média mundial de 8,7%.

Outra pesquisa – dessa vez, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento – apontou que, apesar das reformas realizadas na previdência social, **60,5% dos brasileiros que se aposentam por tempo de contribuição o fazem antes dos 55 anos**. Quase um quarto (24%) recebe aposentadoria sem ter completado 50 anos. No caso das mulheres, os percentuais são ainda maiores. De cada 100 mulheres que se aposentam por tempo de contribuição no setor privado, 76 o fazem antes dos 55 anos e 40 antes dos 50 anos.

Antes do chamado “fator previdenciário”, criado em 1998 com o objetivo de inibir essa situação, 82% dos brasileiros se aposentavam antes dos 55 anos de idade e 58%, antes de completar 50 anos. As aposentadorias antes de 45 anos caíram ainda mais significativamente, indo de 25% (em 1997) para 4% (em 2003).

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentro de 45 anos, o país será habitado por 260 milhões de brasileiros. A projeção indica um salto de 80 milhões em relação à população atual. Outro dado interessante é que haverá um crescimento expressivo na proporção de idosos. **A fatia dos brasileiros com mais de 65 anos – que é hoje de apenas 5% da população total – será de quase 20%, em 2050**. A expectativa de vida saltará dos atuais 71,3 anos para 81 anos na metade do século. Diante desse cenário, os especialistas afirmam que o brasileiro precisará trabalhar mais a fim de garantir melhores valores para sua aposentadoria.

Centrais de atendimento da Fundação Itaúbanco
São Paulo/SP (11) 5011 0112 • Belo Horizonte/MG (31) 3249 9837 / 9856
Demais localidades 0800 770 2299

Informativo bimestral da Fundação Itaúbanco - Rua Carnaubeiras, 168 - 3º andar - Jabaquara - CEP 04343-080 - São Paulo (SP) • Rua Goitacazes, 15 - 9º andar - Centro - CEP 30190-050 - Belo Horizonte (MG) • Projeto editorial: Palavra. Oficina de Textos • Tel. (11) 3034-0007 • Jornalista responsável: Beth Leites (MTb 20.273) • Projeto gráfico: Hiro Okita • Tiragem: 38.600 exemplares.



colar etiqueta aqui